

BNH E O FESTIVAL DA CASA PRÓPRIA

Carolina Ritter¹
Celia Helena Castro Gonsales²

Resumo

A principal reflexão que o artigo se propõe a fazer é em relação à construção, a partir dos anos 60 no Brasil, do mito da Casa Própria e o papel das políticas habitacionais e da mídia nessa construção. Nesse contexto, serão abordadas principalmente as problemáticas dos projetos desenvolvidos durante o período conhecido como BNH (Banco Nacional da Habitação), iniciado em 1964. Em contraposição, serão apresentadas alternativas em relação ao modelo BNH – principalmente as cooperativas habitacionais uruguaias -, e também, alternativas à Casa Própria no contexto de políticas habitacionais.

Palavras-chave: BNH, Festival da Casa Própria, cooperativas habitacionais uruguaias.

Abstract

The main reflection proposed by the article is about the relation to the construction, from the 60s in Brazil, of the myth of the Own House, and the role of housing policies and the media in this construction. In this context, mainly the problematic of projects developed during the period known as BNH (National Housing Bank) will be discussed, begun in 1964. In contrast, alternatives will be presented in relation to the BNH model - mainly uruguayan housing cooperatives -, and as well as alternatives to the Own House in the context of housing policies.

Keywords: BNH, Festival da Casa Própria, uruguayan housing cooperatives.

Uma breve apresentação

Começo efetivamente este escrito em um *domingo*. Nunca compreendi porque para mim até a luz do sol é diferente nesse dia da semana - não considerado “dia da semana”. Meu sonho, é, algum dia, não me preocupar com dias da semana, embora eu agradeça internamente que raramente eu não inicie uma segunda-feira empolgada em acabar com as pendências inacabáveis da vida. Escrever sobre mim e os dias da semana é algo fácil. Vamos para o que importa, aí verás porque escolhi o domingo para iniciar este ensaio.

A década é 1960, peço desculpas pra quem não gosta de ler sobre o passado, e também pra quem já tem náuseas ao ouvir falar sobre as políticas habitacionais desse período ditatorial no Brasil, e sobre o BNH, mas é sobre isso mesmo que trata o texto. Mas não me preocupo, hoje é domingo, vou escrever sobre o que eu quiser.

Primeiramente, explico porque resolvi falar sobre as políticas habitacionais brasileiras. Acontece que, neste ano comecei a estudar as *cooperativas habitacionais uruguaias* da década de 70, tema da pesquisa que desenvolvo no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPel – Universidade Federal de Pelotas, com a orientação de Célia Gonsales. Vários pontos em relação ao sistema cooperativo uruaio, seus projetos e seu sucesso, hoje reconhecidos, começaram a abrir as portas da esperança na minha vida. Ao estudar sobre o assunto, percebi que não poderia deixar de falar sobre a existência de um programa habitacional contemporâneo às cooperativas, aqui do Brasil. Após a proposta de criação textual com a inserção de um heterogêneo, na produção de uma das disciplinas que estava cursando no programa antes mencionado – Cidade e contemporaneidade, ministrada pelo professor Eduardo Rocha -, não conseguia pensar em outro assunto, para escrever neste momento, que não o BNH e suas agruras. Então assim o fiz.

Programas habitacionais no regime militar

Em 1964, ano de início do regime militar no Brasil, estreava um programa que indicava que, por meio de um determinado aporte financeiro por parte da população, poderia provê-la de Casa Própria. Arrisco dizer, por motivos que explicarei em seguida, que esse foi o único programa na história do país que realmente cumpriu o seu papel social.

Se for possível enquanto estiver lendo este texto, veja o vídeo indicado a seguir. Verá que este elucida como se dava o processo de aquisição de uma Casa Própria: <https://www.youtube.com/watch?v=X0YAnNNK2OE>³. Senão, a Figura 1, a seguir, esclarece o que estou falando:

¹ Arquiteta e Urbanista. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: carolritterarq@gmail.com.

² Doutora em Arquitetura. Atualmente professora Associada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: celia.gonsales@gmail.com.

³ Referência do vídeo: *PIÃO da Casa Própria. 2'13"*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X0YAnNNK2OE>. Acesso em: 29 set. 2017.



Estou falando do Festival da Casa Própria (Figura 2) e do carnê do Baú da Felicidade [já debes ter ouvido falar neles].

Comparado com outro programa habitacional institucional, criado também em 1964! – o período conhecido como “o do BNH”, pode-se observar uma dicotomia bastante evidente entre os “dois tipos” de Casa Própria⁴ que cada programa “oferecia”.

No Festival da Casa Própria, quando se adquiria uma Casa:

- Podia-se escolher a casa e o lugar;
- Um aporte financeiro prévio era feito, através de baixíssimas prestações;
- Escolhia-se a casa, conseqüentemente, o nível de qualidade;
- A escolha da classe social a ser atendida era feita por sorteio, sem privilégio para nenhuma.

No caso do BNH:

- Não se escolhia a casa e sua localização, que se dava geralmente em lugares com baixa infraestrutura urbana, ou seja, mais nas bordas das cidades e em lugares de difícil inserção urbana;
- As prestações aumentavam com o tempo (devido à alta inflação da época);
- A qualidade arquitetônica e urbanística era baixa;
- Houve privilégio de classes economicamente mais favorecidas.

O Festival da Casa Própria

Quem, da minha geração, não cresceu assistindo o pião do Baú da Felicidade girar? Vendo as pessoas desejarem, e às vezes, ganharem, suas “próprias” Casas Próprias. Eu, me recordo de assistir na casa de minha vó Elma, deitada no enorme tapete verde da sala [não sei como o tapete da vó era mais macio do que o da minha “própria casa”] os programas do Sílvio Santos. Tenho saudades disso é claro, mas não percebia na época o quão influenciador esse tipo de programas poderia ser. Desde criança o meu imaginário dos desejos foi se moldando em desejos materiais próprios.

McLuhan (2007), em seu livro *Os meios de comunicação como extensões do homem*, cuja primeira edição, acreditem, também se deu em 1964, fala sobre a grande influência da televisão na sociedade já naquela época. Chega até denominar um de seus subtítulos de “criança-TV”, se referindo ao papel central que começava a ter na vida infantil esse meio de comunicação. Esse autor será mais comentado posteriormente.

Embora eu tenha defendido anteriormente – ironicamente - que o Festival foi um programa realmente social, acredito – verdadeiramente - que deixou uma herança que contribuiu para fixar no imaginário dos brasileiros o desejo pela Casa Própria e a corroborar a então “real” política social do período: a que se dava através do BNH.

⁴ Casa Própria será tratada aqui em letras maiúsculas porque, devido ao fato que é uma expressão que já tomou forma no imaginário de qualquer brasileiro, se considera que merece um nome próprio.



Figura 2 – Propaganda do Festival da Casa Própria. Disponível em: <http://lobaudosilvio.blogspot.com.br/2014/11/o-festival-da-casa-propria.html>. Acesso em: 16 set. 2017.
Figura 3 - Sem legenda necessária. Disponível em: <https://www.thinglink.com/scene/693857605033918465>. Acesso em: 16 set. 2017.

Meu objetivo aqui não é fazer uma análise do discurso do Festival da Casa Própria ou dos programas televisivos de Sílvio Santos, pois como arquiteta urbanista, não tenho conhecimentos para desenvolver esse tipo de estudo. Mesmo assim, relatarei alguns trechos de vídeos do programa que encontrei, para tentar demonstrar e lembrar como o programa pôde, na época, contribuir para a “culturalização” de que o único meio feliz de se viver é morando em uma Casa Própria.

E existe outra possibilidade de moradia senão a da Casa Própria em políticas habitacionais? Falarei sobre isso depois. Primeiro, vamos falar do Sílvio Santos.

Realizei uma breve pesquisa e descobri dois trabalhos acadêmicos que podem matar um pouco a curiosidade de quem se interesse, e queira se aprofundar no assunto sobre manipulação de massas pela mídia (Figura 3).

Um deles intitulado *Catálogo de Espetáculos: a teoria hipodérmica no Programa Sílvio Santos* (RODRIGUES; SANTANA, 2010) é um artigo que achei bastante esclarecedor.

Entre outras abordagens, as autoras relacionaram a televisão com o espetáculo de Guy Debord. Aproveitando o espaço, complemento que as autoras falam brevemente sobre como a identidade foi um fator que, na pós-modernidade, se tornou frágil. Elas citam que, mesmo nos dias de hoje, a televisão é [fico imaginando nas décadas de 60 e 70, quando não havia a grande disseminação da internet] “dentro os meios de

comunicação de massa, a mais poderosa” (p. 3), possuindo um elevado grau de alcance nos lares dos brasileiros. A televisão “adquiriu um *caráter essencialmente comercial*, baseado no realismo representacional, convenções tradicionalistas, de entretenimento superficial e pobreza estética. Essa é a realidade da TV aberta no Brasil hoje” (p. 3, grifo das autoras). Sobre esse meio de comunicação, acrescentam que, em virtude da natureza repetitiva em que a propaganda é apresentada pela televisão, sua eficácia é bastante satisfatória (RODRIGUES; SANTANA, 2010).

Sílvio não cansava de, ao mesmo tempo em que distribuía seus prêmios, entre eles a Casa Própria, fazer uma constante propaganda, para que mais e mais pessoas participassem do programa e de suas “loterias”. É mais fácil se construir um país culturalmente desejoso pela Casa Própria, do que impor esse desejo à força. Então se pode perguntar: por que ter outra modalidade de política habitacional, se o que todos querem é a Casa Própria? Se passa na TV a importância de me livrar do aluguel, é claro que vou em busca disso. Não preciso fazer uma pesquisa para dizer que a Casa Própria é um dos maiores desejos do brasileiros. *[Eu gostaria de ter minha Casa Própria.]*

As autoras do livro citado, ao chamarem de espetáculo os programas de Sílvio, acrescentam que estes não são os únicos do tipo na televisão brasileira; afirmam que o capitalismo, que a indução à cultura do consumo, usam como base e como modo de reprodução de um comportamento consumista, *o espetáculo – a mídia* (RODRIGUES; SANTANA, 2010).

Outro trabalho que me surpreendeu, foi uma tese intitulada: *Sílvio Santos vem aí – programas de auditório numa perspectiva semiótica* (SOUZA, 2010). Nesse trabalho, a autora considera os programas do apresentador Sílvio Santos como um texto, dotado de sentido. Ela analisa os motivos que levam os programas do apresentador a permanecerem tanto tempo no ar; as influências que chegam para quem assiste e etc. Sobre a Casa Própria fala pouco, mas ela ressalta que os prêmios que o programa oferece fazem parte da esperança da realização de sonhos, de mudança, que o programa proporciona.

[Se todo fim de semana eu assisto na televisão a indicação dos sonhos que devo realizar, eles se tornam meus sonhos também.]

Como já comentado, Marshall McLuhan (2007), em *Os meios de comunicação como extensões do homem*, também fala sobre a televisão. A abordagem do autor é bastante ampla em relação a vários meios de comunicação, e como está em seu título, ele os chama de “extensões do homem”. Bastante crítico em relação à televisão, McLuhan (2007, p. 350) diz: “depois da televisão muitas coisas já não funcionam tão bem”. E ainda destaca que, muito mais que um meio apenas visual de comunicação, ela exige nossa total atenção e o envolvimento de todos nossos sentidos.

Nesse contexto, o autor justifica o sucesso de programas em que a audiência se envolve, participa. Nesse sentido podemos relacionar a reflexão do autor ao sucesso observado dos programas de auditório e de distribuição de prêmios do Sílvio Santos. É a vida – a felicidade – de pessoas realmente envolvidas em um programa televisivo.

Partindo para meu breve estudo do Festival da Casa Própria, saí à procura de vídeos para lembrar como eram as coisas.

Em um dos vídeos encontrados, Festival... (2017b), Sílvio explica que quem comprava o carnê do Baú *nunca saía perdendo*, “ou você ganha, ou você recebe todo o dinheiro que você pagou, você recebe com a correção monetária, recebe de volta em mercadorias

que você escolhe”, além dos prêmios resgatados nas lojas do Baú, e, entre prêmios sorteados, ou mais prêmios em dinheiro, ou mais um automóvel, você concorria a uma casa “em qualquer lugar do Brasil, pode ser uma casa na praia, uma casa no campo, uma casa na montanha, uma casa na cidade onde você mora, na rua onde você mora, porque você escolhe a casa e o Baú paga”. “O Baú é sucesso há 33 anos em todo o Brasil, por todas essas razões”. *[Já o sucesso do BNH deixa dúvidas.]* No fim do vídeo, há uma montagem sarcástica, na hora que o pião iria girar. Não perca tempo assistindo essa parte.

Em outro vídeo, Casa... (2017), Sílvio fala que a pessoa “não fica só livre do aluguel”, que além da Casa Própria, também poderia ganhar diversos prêmios. Neste vídeo uma legenda passa no rodapé da tela, indicando novamente: “Casa Própria, é só pagar o carnê do Baú da Felicidade em dia. Você escolhe e o Baú paga. Simples assim.” Neste momento, ele incentiva a plateia a repetir a mesma frase em coro.

Reiterando, o programa elucida fortemente o desejo pelo consumo de coisas que devem vir a serem Próprias. A felicidade está no que é próprio, minha própria casa, meu próprio carro, meu próprio refrigerador, meu próprio marido *[podia-se conseguir um marido / mulher em outro programa mais recente (1994) do Sílvio Santos]*.

Confesso que antes de começar a estudar as cooperativas habitacionais uruguaias, nunca havia ouvido falar de outra maneira de provisão de moradia social, senão por meio da Casa Própria⁵. No caso das cooperativas, na maioria delas, *a propriedade não é privada, é coletiva*. Explicarei melhor depois o que isso significa.

Quando eu achei que já tinha olhado vídeos suficientes, procurando imagens em boa resolução do pião do baú – vocês viram que não consegui encontrar – achei um vídeo mais esquisito ainda. Uma senhora – Dona Maria – que ganhou uma Casa Própria discursa: “e deus, que deus me tocou que eu não podia ficar dentro de casa não fosse comprar esse carnê”, *Sílvio duvidou* de seu relato dizendo: “deus não tá se metendo nesse negócio”, ela complementa, “foi deus que me deu minha casa”. Se ela não ganhasse o carro ou a casa, “tudo bem”, já ficava contente em ganhar a televisão para poder assistir ele. Ela também diz: “uma casa com sete *cômodo* (sic), que é uma maravilha”. No vídeo a casa da senhora é mostrada. “Eu comprei, o Baú pagou tudinho”. Todo o vídeo é bastante esquisito (FESTIVAL..., 2017a).

A senhora menciona também que não conseguiu comprar uma casa no bairro em que morava, mas ela até achava bom sair de perto dos vizinhos conhecidos, para se afastar “do olho gordo”. Suspeito, que com o valor das casas do seu bairro, ela não pôde comprar uma perto de onde já morava. Não pesquisei se ela saiu de um lugar melhor e foi para um pior, ou vice-versa, em critérios urbanos.

A estabilidade vem antes do conforto. O ter vem antes do ser. A gente se acostuma com o ruim, qualquer alternativa que vier, será sempre melhor. Neste momento, resolvi parar de ver vídeos, senão ficarei o resto do escrito transcrevendo as loucuras dos programas do Sílvio, e não falando sobre o BNH.

⁵ “Certa exceção” à regra da Casa Própria, no caso brasileiro, foi o Programa PAR – Programa de Arrendamento Residencial, elaborado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1999. Segundo Araujo (2007), o uso de determinado imóvel era cedido a pessoas físicas, desde que o arrendassem por certo tempo, e ao fim se tinha então a opção de compra do imóvel. Em seu título, a autora faz uma brincadeira, *A casa (própria) alugada no Programa de Arrendamento Residencial...*

Um parênteses

Abro um parênteses para um relato interessante, pontual, mas que corrobora a ideia de que esses programas do Sílvio são um meio de realização de sonhos. Vocês também devem ter as próprias lembranças de Sílvio Santos e do Baú da Felicidade. Ao escrever sobre o Baú, recordei que uma vez minha mãe comprou o carnê do Baú da Felicidade.

Como ainda era pequena - nasci em 1992, não soube precisar o ano da compra -, apenas me recordo que haviam chegado “coisas” em casa e o “causador” de tal fato era o Baú da Felicidade. Resolvi então, entrevistar minha mãe.

Primeiro, ela demorou um pequeno instante para se recordar, ou seja, essa experiência não foi algo marcante em seu passado. Aí perguntei o que tínhamos trocado pelo pagamento do carnê e ela foi lembrando dos vários objetos. Me mostrou a panela que achava que tinha trocado, mencionou o jogo de toalhas – que ela ainda nem havia usado -, mencionou que o jogo de lençol era muito bonito (ela ainda tinha uma parte dele) e uma pedra para os pés: “olha eu troquei por muitas coisas!” Ela mesma disse que, embora não tenha ganhado nada, recebeu o dinheiro de volta *[incrível como as frases do Sílvio colam na mente, mesmo anos depois, pois é exatamente o que ele propagandeava]*. Ela disse que comprou o carnê porque queria mudar de vida. E porque minha tia fazia propaganda pra ela, e que faziam propaganda para minha tia... Ela comprou uma única vez. Disse que não comprou mais porque não se podia mais escolher os produtos enviados pelo correio, ela ia ter de se deslocar até a loja do Baú em Pelotas, e também por ter acabado o dinheiro. Morávamos de São Lourenço do Sul/ RS.

Realmente, era uma “vantagem” – ironia de novo. No caso de minha mãe, a troca de seu dinheiro foi feita por produtos que ainda estão em uso, ou nem foram utilizados. Imagina o quanto de produtos das lojas do Baú não encheram a casa de outras pessoas, todo santo ano, com coisas que talvez elas nem necessitassem comprar. Um amigo me informou que os produtos eram mais caros se comparados com os vendidos em outras lojas. No mérito da qualidade ou da marca, não posso entrar.

[O Baú da Felicidade voltou, e agora você paga um total de R\$ 180,00 pelo carnê e troca R\$ 200,00 em produtos de beleza... Tenho a impressão de que agora, pelo preço dos perfumes, você não vai destrocá-los mais por quatro tipos de produtos como minha mãe fez...]

E enquanto isso...

Enquanto a década de 1960 foi marcada internacionalmente por um contexto que buscava uma quebra de paradigmas, o BNH no Brasil, pareceu reforçar conceitos que já estavam sendo sobrepujados, principalmente os excessos universalistas e racionalistas do Movimento Moderno. Diversos teóricos, arquitetos, etc. estavam escrevendo, publicando, sobre novas maneiras de se apreender a cidade, de se construir as cidades, mas isso parece ter se perdido no caminho, antes de chegar ao Brasil.

Correa (2008) cita os anos 1960 como “a década que pela primeira vez fomos conscientes das escalas das periferias das cidades autoconstruídas (...) com tal compreensão, veio um renovado interesse pelo tema das habitações” (p. 150, tradução das autoras). Embora o Movimento Moderno tenha sido o motor das preocupações com a habitação social, o autor defende que nessa época os agentes haviam mudado, mencionando como exemplo, a jornalista Jane Jacobs e dois membros do Team X:

Alyson e Peter Smithson.

O Team X foi um desses grupos que criticou, principalmente, os excessos do Movimento Moderno, porém dentro dos próprios CIAMs – Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna. Sobre o grupo, entre outras bibliografias, existe uma publicação bem acessível no Brasil, de Barone (2002).

Já Jane Jacobs, em 1961, publica um livro bastante aclamado intitulado *Morte e Vida das Grandes Cidades*. Jacobs (2000) inicia dizendo que esse é “um ataque aos fundamentos do planejamento urbano e da reurbanização ora vigentes” (p. 1). Uma crítica ao que ela chama de urbanismo moderno e ortodoxo. Dentre diversos assuntos, a autora critica a crença de que a simples existência de um abrigo seria um modificador da realidade das pessoas e que, com a casa, isolada, as pessoas iriam melhorar suas condições sociais. Destaca que a cidade não é um elemento fixo, e que não será através da racionalização que ela passará a funcionar perfeitamente. Para Jane Jacobs, a cidade é na verdade um organismo vivo e complexo que deve estar dotada de uma variedade formal e funcional, indo de encontro com a monotonia em todos os sentidos, recorrente nos projetos do BNH.

Vale lembrar que esse relato está presente neste trabalho, porque se busca caracterizar um pouco o contexto de contestação da época que se está aqui considerando. Hoje, até essa autora precisa de ressalvas antes de ser tomada como um caminho único da verdade.

Enquanto isso tudo ocorria internacionalmente, no Brasil, em 1964, é a ditadura e o BNH que tomam as rédeas do país.

Arrisco dizer que o Brasil é um país condenado ao moderno. Rubano et al. (2012) ao falar sobre a formação dos arquitetos uruguaios, especificamente se referindo à de Héctor Viglicca, um dos arquitetos que projetou a cooperativa habitacional Bulevar Artigas, situada em Montevideu, diz:

se no Brasil o ‘formato moderno’ ancorou-se nos edifícios objetuais, distanciando-nos mais e sempre da condição urbana, nos demais países da América Latina, onde essa modernidade se fez de maneira menos contundente, a crítica e as hipóteses projetuais apresentadas, a partir da década de 60, tiveram um espaço na formação dos jovens profissionais (p. 73).

Já Arantes (1998) indica a década de 1960 como o período fundamental da passagem da cultura moderna para a lógica cultural contemporânea. Acrescenta que é neste momento que a disseminação global do capitalismo “teria produzido uma imensa liberação de energias sociais e, simultaneamente, algo como um *suplús* de consciência (...)” (p. 175). Vale ressaltar que a autora considera as consequências desse quadro mais negativas do que positivas.

Enquanto isso, no Uruguai, três cooperativas habitacionais experimentais são concebidas, antes da aprovação da Lei Nacional de Habitação, em 1968. Cecilio (2015) expõe que: “a experiência foi notável, e foi essa razão pela qual uma figura legal inexistente [as cooperativas habitacionais] passou a fazer parte da Lei de Habitação” (p. 27).

Uma alternativa no país vizinho

Conhecer as cooperativas habitacionais do Uruguai abriu minha mente para existência de outras possibilidades no quesito da moradia social. No Uruguai, o sistema cooperativista é uma das modalidades da política habitacional do país.

Existem dois tipos de propriedades nas Unidades Cooperativas: de proprietários e de usuários. No caso do segundo, a “novidade” que apresento aqui, o cooperativado tem o direito de uso da habitação por tempo ilimitado, tem direito de transmissão para herdeiros e ainda de se desfazer da habitação. A diferença é que a proprietária, do imóvel e do terreno, é a cooperativa. Dentre outras coisas, esse sistema permite que o sócio, quando em dificuldades financeiras, não seja expulso de sua habitação, pois a cooperativa utiliza de seus recursos para amortizar naquele momento a dívida (RISSO; BORONAT, 1992). Nesse sistema, a especulação imobiliária não tem espaço.

Nesse contexto, o proprietário do direito de uso – propriedade que pode ser sua até o resto da vida -, tem cortado do valor de sua residência, os custos do terreno, sendo uma vantagem aos cooperativados. Ou seja, ao “vender” a propriedade de uso aos seus cooperativados, a cooperativa não visa o lucro, mas sim sua subsistência. Nesse caso, o conjunto habitacional se torna uma propriedade coletiva, onde é obrigatório os próprios cooperativados ficarem responsáveis pela sua gestão. Talvez seja difícil para nós entendermos, mas eles não são donos de um pedaço em especial do conjunto, mas de todo o conjunto ao mesmo tempo. Cecilio (2015) nos mostra a aceitação dos uruguaios pela modalidade: “*porque o tema da casa própria é, no Uruguai, um dos aspectos mais estranháveis da cultura popular*” (p. 27).

[Muita atenção que não estou dizendo que as cooperativas habitacionais uruguaias foram um conto de fadas em um mar de rosas.]

Nahoum (2010) descreve um panorama histórico sobre as cooperativas. Seu relato aborda mudanças e permanências do sistema com o passar do tempo; relata quais são os principais aspectos que fazem as cooperativas funcionarem plenamente; e também as *dificuldades que o sistema enfrentou e ainda enfrenta*. Vale lembrar, para sua consolidação e sucesso, todo o processo precisou ser apropriado pelos uruguaios. Houve uma confluência de forças e incentivos para ele se concretizar.

O cooperativismo era uma tradição já existente no Uruguai nos anos 60, mas no que diz respeito às cooperativas habitacionais, o país se inspirou principalmente nas experiências exitosas que ocorreram no Chile (NAHOUM, 2010).

Nahoum (2010) ainda destaca que quando a propriedade coletiva – a propriedade de usuários - foi apresentada aos uruguaios, eles estavam em um contexto dicotômico entre a propriedade estatal e a privada. O país, assim, foi um local aberto para receber o sistema.

[Sobre as cooperativas, brevemente compartilharei mais informações através de minha dissertação, que tem o foco na análise de alguns projetos de conjuntos habitacionais – aguardem.]

Finalmente: o BNH

Mais ou menos, tudo escrito até agora, era para te fazer querer ler sobre o BNH. A crítica ao programa não partiu de mim, ela é recorrente em diversas bibliografias referentes à habitação social (Figura 4).

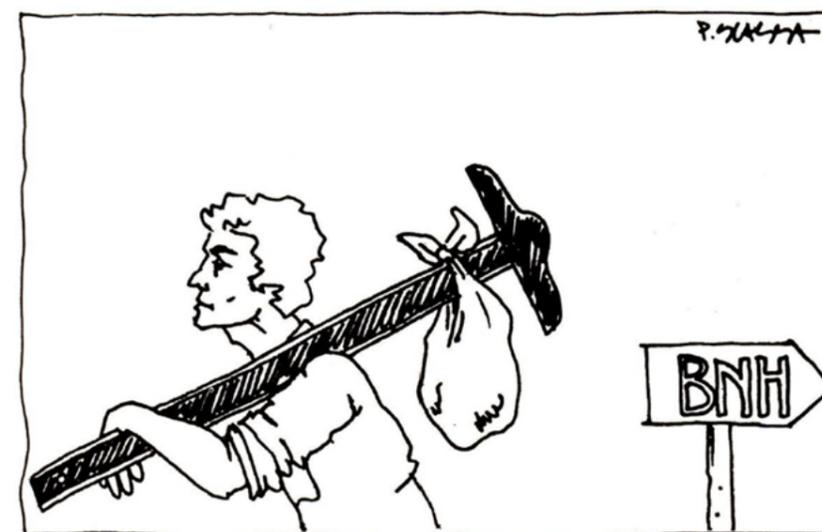


Figura 4 – Charge mostrando que o arquiteto passou longe dos projetos do BNH. Fonte: SANVITTO, 2010.

Durante o Século XX, no Brasil, ocorreram avanços positivos em alguns indicadores sociais, como por exemplo, a expectativa de vida, mas esses avanços não se refletiram nos indicadores urbanísticos. Maricato (2001) contextualiza o processo de industrialização no Brasil, demonstrando como esses indicadores de urbanização acabaram sendo figurantes na história do desenvolvimento das cidades. E complementa afirmando que, as cidades que o Brasil foi moldando durante o século passado, ainda carregavam fortes heranças da antiga “sociedade patrimonialista e clientelista próprias do Brasil pré-republicano” (p. 45). Enquanto evoluímos em alguns quesitos, observa-se que conservamos raízes que não cabem mais na sociedade atual.

Principalmente na segunda metade do século XX ocorreu nos países da América Latina um processo de urbanização bastante acelerado. Segundo a autora, o infeliz quadro urbanístico das cidades brasileiras nos dias de hoje, e também na época do BNH, é consequência da “privatização da terra (1850) e da emergência do trabalho livre (1888)” (MARICATO, 2001, p. 23), quando da abolição da escravatura. Também na metade do século XIX, o poder político começou a ser estreitamente relacionado com o patrimônio pessoal. Enquanto as cidades cresciam de forma desigual, era inevitável que sempre ocorressem exclusões sociais (MARICATO, 2001).

O período conhecido como o do BNH (Banco Nacional da Habitação) foi um momento que se caracterizou por uma política habitacional que começa em 1964, ano do golpe militar no Brasil [*e do Festival da Casa Própria*]. Segundo Maricato (1987) a política surge como “um sustentáculo político ao governo ditatorial” (p. 30). O BNH era o órgão central do SFH (Sistema Financeiro de Habitação). Nessa época também importamos a lógica do consumo e do desperdício; há uma mudança nos valores, na cultura, nos modos de viver; as desigualdades econômicas começaram a saltar aos olhos; em uma sociedade já historicamente desigual, a desigualdade só aumentou; a ilegalidade acaba sendo a saída: trabalhos informais e moradias informais. Não existia um direito à cidade e os brasileiros construíam como podiam, pois, precisavam morar.

Maricato (2001) nos recorda que, embora tenham sido construídas em torno de 2,4 milhões de habitações pelo SFH, entre os anos de 1964 e 1986, o caminho da política habitacional deveria ter se dado de modo distinto: “com menos desperdício, impulsionando a cadeia produtiva para tecnologias mais adequadas, com políticas urbanas mais racionais, priorizando a maioria da população” (MARICATO, 2001, p. 43).

Nesse sentido, Maricato (1987) aponta que o “sucesso” do BNH, do fim da década de 60 até a de 80, ignorou grande parte da população, pois a habitação, embora chamada de social, teria sido tratada como uma mercadoria, sendo executada e depois comercializada dentro dos modos do sistema capitalista. A autora explica: “o mercado imobiliário controla os investimentos públicos urbanos que são o fator mais importante de valorização imobiliária” (p. 43), esses investimentos seguem o caminho que o mercado escolhe seguir. Ou seja, os recursos públicos foram injetados, na verdade, em grandes empresas construtoras.

[Infelizmente, neste ensaio, vou apenas falar sobre os problemas do Brasil, fuge da alçada da minha pesquisa, neste momento, procurar e discorrer sobre os pontos positivos do desenvolvimento do Brasil.]

Maricato (1987) indica que a modalidade dominante inserida na política habitacional brasileira é a da Casa Própria, “mesmo quando se trata de um simples embrião de alvenaria sem revestimento, é motivo de grande progresso pessoal para o trabalhador” (p. 26).

Embora pareça que eu esteja condenando a Casa Própria, destaco que ela é sim bem a ser valorizado e conquistado. Ela é uma garantia de abrigo por tempo indeterminado; se a situação de vida piorar, a casa está preservada. É a garantia de um gasto a menos, a fuga do aluguel, também discorrido nas palavras de Sílvio Santos. Mas no Brasil, os sacrifícios que envolvem essa conquista cada vez aumentam mais.

Porém Maricato (1987) indica onde está o problema: para a maioria da população da época, o BNH era como se não existisse. E mesmo assim, atendendo uma população de maior renda, em 1969, a política já é considerada um fracasso: baixa inserção urbana; dívidas dos mutuários; baixa fiscalização na construção dos conjuntos; recursos escassos nas prefeituras para complementar de infraestrutura as habitações.

Além de investir em habitação, o BNH também investiu na provisão de infraestrutura urbana, contribuindo para aumentar o valor de uso das terras [as terras que o mercado queria] e expulsar ainda mais a população de baixa renda para as periferias (MARICATO, 1987). A autora complementa: “o preço da terra que está relacionado à sua localização em relação a equipamentos, serviços e infraestrutura, expulsa uma grande parte da população para lugares distantes dos locais de trabalho e de áreas urbanizadas, frequentemente em loteamentos clandestinos ou irregulares” (MARICATO, 1987, p. 66).

Gera-se então a especulação imobiliária. O Estado demorou a criar medidas para mitigar a especulação. Até hoje fracassou em garantir o cumprimento da função social da propriedade privada. Acontece que, para baratear os custos, os conjuntos eram construídos longe dos centros das cidades e, quanto mais o trabalhador se afasta dos centros, maior é o tempo que ele passa em deslocamentos para acessar a seu local de trabalho, a serviços públicos, etc.

Adiantando o tema do projeto desses conjuntos construídos pelo BNH, que será abordado logo adiante, vale mencionar o que diz Maricato (1987):

aos olhos dos arquitetos eles são muito pouco interessantes, com suas formas repetitivas e monótonas, mas aos olhos da população (...) eles estão no centro de um sonho a ser atingido. O alto nível de carência habitacional praticamente joga por terra os critérios arquitetônicos de qualidade dos espaços habitados, e muitas vezes, até mesmo critérios para um nível mínimo de conforto ambiental (p.

52).

Ou seja, embora de baixa qualidade, não se deve esquecer o que essa moradia pode significar na vida de quem nada possui (Figura 5). Conclui-se, através dos relatos da autora que a *habitação social* no Brasil nunca poderá ser considerada um sucesso, *enquanto não for tratada como um bem social*, e continuar sendo tratada como mercadoria.



Figura 5 – Charge ironizando a moradia digna. Disponível em: <<http://moradiaedignidade.blogspot.com.br/2012/04/nos-barracos-da-cidade-ninguem-mais-tem.html>>. Acesso em: 16 set. 2017.

[Enquanto isso, o Sílvio Santos “dá” Casas Próprias. Quem não vai querer? Enquanto o Estado vende Casa Próprias, ainda com o lucro das empresas passados para as dívidas da população.]

Os projetos do BNH

Em relação aos projetos desenvolvidos pelo BNH, o trabalho de Sanvito (2010) é bastante importante. A autora indica uma extensa bibliografia em relação ao tema. Repassarei aqui os pontos mais importantes de algumas obras, para demonstrar que o senso comum referente ao BNH, de modo geral, aponta para seu insucesso arquitetônico e urbanístico.

Dentre vários autores, a autora destaca os trabalhos do arquiteto e urbanista Nabil Bonduki. Fazendo uma síntese de alguns relatos de Bonduki pode-se afirmar que os conjuntos representaram um desencontro entre a habitação social do país e a arquitetura e o urbanismo; desconsideraram os espaços públicos; são monótonos; desintegrados da cidade pré-existente; se localizavam distantes do centro das cidades; apresentam soluções padronizadas, sem consideração com seu meio de inserção; a participação popular na política é inexistente; há uma desconsideração em relação ao entorno e ao meio ambiente; há baixa qualidade nos projetos e materiais; os espaços públicos e privados estão sem definição clara; os equipamentos sociais inexistem; e a lista não termina aí...

Nas palavras do autor,

o BNH difundiu um tipo de intervenção que foi adotado em quase todas as cidades do país, independentemente de suas experiências urbanas, sociais e culturais, caracterizando-se pela gestão centralizada, ausência de participação comunitária, ênfase na produção de casas prontas por empreiteiras, localização periférica e *projetos medíocres*” (BONDUKI, 1998, p. 319, grifo das autoras).

[Enquanto aprendi até o momento que, no geral, as cooperativas habitacionais uruguaias possuem como características: gestão coletiva; participação comunitária; projetos arquitetônicos e urbanísticos bastante satisfatórios.]

Mesmo assim, Bonduki (1998, p. 317) relembra que o BNH teria sido a primeira verdadeira política habitacional do Brasil, mas “em muitos aspectos ele significou um retrocesso em relação ao que foi realizado pelos IAPs⁶, como na qualidade dos projetos dos conjuntos residenciais”. O autor é bastante crítico também ao dizer que depois de 1964 houve um “divórcio entre a arquitetura e a moradia popular, com graves repercussões na qualidade do espaço urbano” (p. 318).

Bastante marcante também é o relato de Sanvitto (2010) sobre o arquiteto inglês John C. F. Turner.

[O inglês estudou as potencialidades sociais da habitação informal no Peru pouco antes da promoção do PREVI - Proyecto Experimental de Vivienda -, na década de 60. Sobre esse programa não falarei neste momento, mas para quem se interessa em pesquisar bons exemplos de habitação social, vale a pena conhecer o projeto peruano.]

Turner visitou o Brasil em 1968, em um de seus textos citou: “mostraram-me *problemas* – favelas, mocambos, alagados, etc. – que considero *soluções*. E mostraram-me *soluções* – conjuntos de habitação de baixo custo – que eu chamo de *problemas*” (TURNER, 1968, p. 16 apud SANVITTO, 2010, p. 151).

[Deve-se ter o cuidado de não seguir a citação ao pé da letra, trago ela aqui apenas para ilustrar um pouco do que representava, e ainda representam, soluções infelizes para determinados problemas infelizes.]

Gostaria de mencionar aqui mais dois autores citados por Sanvitto (2010). Rigatti (1995), que dentre outros assuntos, destaca o desenvolvimento de soluções-padrão em todo o Brasil, entre os anos 60 e 80, enquanto na Europa e América já existiam críticas em relação a essas e outras abordagens projetuais apropriadas pelo BNH. Já Rubano (2001 apud SANVITTO, 2010), relata que os projetos do período foram se distanciando dos interesses reais das cidades, das pessoas, dos arquitetos, dos referenciais bem sucedidos de outros países *[posso incluir aqui o bom exemplo do nosso vizinho Uruguai]*, sendo considerados como assuntos voltados mais estritamente à economia e à produtividade.

Rubano (2001 apud SANVITTO, 2010) também comenta que, ainda nesse período, as discussões se encerraram, pois virou senso comum que a única maneira de construir

⁶ Um dos primeiros meios de produção habitacional no Brasil, para setores de menor renda e com intervenção estatal, se deu através dos IAPs - Institutos de Aposentadoria e Pensões. Esse sistema atendia apenas seus associados (SANVITTO, 2010). Os IAPs foram criados na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas (BONDUKI, 1998). Segundo o último autor, ao se realizarem análises qualitativas de alguns projetos desse período, revelam-se inovações arquitetônicas e urbanísticas. Ele também caracteriza a produção do período como uma “prova evidente da existência no país de capacidade para enfrentar o problema habitacional” (p. 133).

habitação social era à maneira do BNH. Por outro lado, Sanvitto (2010), destacando a reflexão dessa autora, evidencia também “a existência de projetos propositivos que, no entanto, não chegaram a respaldar um conhecimento consolidado para novas experiências de projeto de habitação social nas cidades brasileiras” (p. 151).

[O que o BNH construiu (e não caiu) ainda faz parte das cidades de hoje, uma herança que vão carregar mais alguns bons anos os tecidos da nossa cidade, assim como as lembranças de Sílvio Santos nos dizendo para fugir do aluguel, que é na CASA PRÓPRIA onde mora nossa felicidade, mesmo que distante do nosso trabalho, família, amigos. A não ser que você seja como a Dona Maria, que quer se afastar do olho gordo.]

Outras alternativas e observações

Além da experiência alternativa à Casa Própria mencionada anteriormente - a propriedade de usuários bem sucedida no Uruguai - vale mencionar uma entrevista realizada em 2009 com Raquel Rolnik. Dentre outros tópicos, Rolnik aponta os problemas das políticas habitacionais brasileiras e indica algumas possíveis alternativas que poderiam mudar o infeliz quadro da habitação social presente em toda a história do país.

Rolnik (2009) destaca que, na verdade, simplesmente prover o cidadão com uma unidade habitacional, pode se tornar mais um problema que uma solução – como já mencionado aqui, Jane Jacobs afirmava algo semelhante. Quando “apertar”, ele pode até chegar a vender seu imóvel, por não poder se sustentar. No entanto, a autora salienta que, quem não tem onde morar, ao adquirir uma moradia, mudará de vida, e assim não se pode negar que para muitos a política brasileira foi satisfatória sim. Nesse sentido, argumenta que a saída seria pensar em alternativas mais qualificadas e vantajosas, para o Estado e para a maioria da população:

Com esse mesmo recurso, com essa mesma disposição e priorização, mas com outro componente e outra estratégia agregada, poderia haver mudanças muito significativas (...) Na época do BNH, foram construídas 1,5 milhão de moradias populares, como por exemplo, Cidade Tiradentes, Cidade de Deus. São guetos de não-cidades. De pobre com pobre. Tinham vários elementos possíveis, como trabalhar com empreendimentos com mistura de renda. O empreendedor poderia construir prédios com partes voltadas para diferentes rendas, mas dentro do mesmo lugar (ROLNIK, 2009).

Na época da entrevista, posterior ao período BNH, e se referindo ao Programa MCMV - Minha Casa Minha Vida⁷ -, Rolnik (2009) chama de complicado o meio – único – de provisão de moradia através da política habitacional da Casa Própria: “difícil viabilizar que alguém com renda zero seja proprietária de um bem de 50 mil reais”. Acaba excluindo, desse tipo de política, quem mais precisa dela. Relembro que esse quadro também pode se aplicar ao que ocorria no período BNH, lá nos anos 60.

Em função do recorte temporal da minha pesquisa, pouco li em relação às atuais políticas habitacionais brasileiras. No entanto, o que deduzo pelo lido, é que parece que se vive um período pós-BNH, porém bastante carregado com os aspectos negativos

⁷ Programa habitacional brasileiro pós-BNH, criado em 2009, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

daquela política. Talvez não tenhamos regredido, mas falta bastante para ser realmente satisfatório.

Um problema – outro – apontado por Rolnik (2009) é que, dentro dos 50 mil, valor de um imóvel no Programa MCMV, grande parte vai para a aquisição do terreno. E a autora salienta: *as políticas habitacionais precisam ter na sua esteira preocupações urbanísticas e fundiárias*. Vale lembrar o que diz Maricato, referente à propriedade privada da terra como um grande obstáculo para a moradia social.

A autora menciona o aluguel como alternativa – opa! Silvio Santos nos ensinou a fugir do aluguel (Figura 6)!



Rolnik (2009) indica que uma política de subsídios que ajudassem as famílias no pagamento do aluguel poderiam ser uma solução, e aí ela apresenta a frase que resume o que aprendi de mais interessante desde o início da minha dissertação:

a gente tem que entender que direito à moradia não é sinônimo de casa própria. A propriedade e o programa de construção da casa própria são uma modalidade. Mas não são a totalidade [não para os brasileiros em sua história]. Existem muitas alternativas que, mesmo com menos recursos, poderiam garantir direito à moradia para mais gente (grifo das autoras).

Repetindo, não para os brasileiros.

Se não me estendo ainda mais na discussão, é por que a vida é curta e a minha dissertação é longa.

Considerações finais

Este relato sobre a política habitacional brasileira presente no *período BNH*, algumas das particularidades arquitetônicas e urbanísticas que gerou e sua comparação com outro “programa” da época, trouxe à tona uma das principais reflexões do trabalho: a proporção do significado da Casa Própria no Brasil. Supõe-se também que o Festival da Casa Própria repercutiu um desejo pela aquisição de Casas Próprias, na mesma época em que os conjuntos do BNH eram promovidos, e precisavam de moradores. *[Coincidência?]*

Observa-se também que os conjuntos habitacionais promovidos pelo BNH trazem em suas configurações arquitetônicas e urbanísticas, reflexos de ideais do pensamento moderno, alguns já questionados a partir dos anos 50, internamente – principalmente

pelo Team X - e fora dos CIAMs (Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna) – Jane Jacobs, etc. Na contramão, apresentou-se outros cenários de políticas habitacionais que se constituem como bons exemplos no campo da habitação social: as cooperativas habitacionais uruguaias e o PREVI (Peru). Esses dois programas, por outro lado, absorveram ideais do cenário de inflexão teórica da época.

Destaca-se que a Casa Própria, naquele cenário do BNH, era vista como a solução de todos os problemas referentes à moradia, e ainda, como a única solução possível. Também em oposição, apresentou-se alternativas em relação à Casa Própria em programas habitacionais, como exemplo, a propriedade coletiva do Uruguai e subsídios à população para pagamento de aluguéis; como também, apontou-se algumas preocupações imprescindíveis para que determinada política habitacional seja, realmente, social: consideração com aspectos urbanísticos e fundiários; distanciamento da especulação imobiliária; não ser o mercado quem dite as regras da política; procurar privilegiar quem – realmente - mais precisa dela, etc.

Conclui-se que, as alternativas e comparações aqui apresentadas, referentes às políticas habitacionais, mesmo que às vezes irônicas, elucidam a relevância deste relato para o campo da habitação social.

Nessa perspectiva, este artigo se relaciona com o tema desta edição da Revista Píxo – *imagens líquidas* da cidade contemporânea -, pois em forma de texto, a imagem líquida que aqui transborda, provém de uma leitura que tem um olhar sobre certo acontecimento – o Festival da Casa Própria -, que o encaixa no contexto das políticas habitacionais do Brasil, ao qual à primeira vista não está relacionado. Porém através de uma mudança do ponto de vista a ele se adequa perfeitamente, ainda mais se comparado a outro fato aqui narrado – o BNH, que realmente é parte daquele contexto. O primeiro acontecimento, o heterogêneo, contribui na disseminação de uma nova imagem de cidade que *não* teria espaço para ser líquida, fluida.

[Quando foi que a arquitetura virou um artigo de luxo? Tão desligada da habitação social? Eu opino que o BNH foi um importante disseminador. Nos parece que o barato é o ruim, e o caro é o bom. Agora, pensar em soluções para problemas que às vezes é óbvio que surgirão, isso parece custar ainda mais, mas quem paga é a população.]

Quantas outras ideias e conceitos absorvemos através dos meios de comunicação como verdade única, e absoluta, e feliz? Agradeço a cada nova ampliação de horizonte, a cada posição alternativa sobre a qual tomo conhecimento.

Finalizo dizendo que este ensaio, se utilizado como referencial em trabalhos acadêmicos, deve ser manuseado com cuidado. A hipótese de que o Festival da Casa Própria foi um programa habitacional, e ainda, o único realmente social, *é irônica*. Já as informações que trago no ensaio, como as referentes ao BNH - embora pareçam desoladoras - são verdadeiras. De qualquer modo, recomendo consultar as referências que descrevo aqui, na própria fonte, e assim tirar suas próprias conclusões. Eu realmente concluí muitas coisas neste momento, e não sei se são totalmente válidas, nunca se sabe em relação a quais parâmetros as coisas são verdades. Resumindo, utilize este ensaio criticamente, assim como qualquer outro tipo de produto que chega em sua vida.

Não espero ter dado respostas. Espero, no mínimo, ter deixado mais perguntas sobre o assunto.

Bom final de semana!

Referências bibliográficas

ARANTES, O.B.F. Cultura da Cidade: animação sem Frase. In: ARANTES, O.B.F. *Urbanismo em fim de linha*. E outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. São Paulo: Edusp, 1998. p. 143-188.

ARAUJO, A.C. *A casa (própria) alugada no Programa de Arrendamento Residencial*: questões da política habitacional e o caso do residencial Cavalari na cidade de Marília-SP. 2007. 349 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-19022008-154729/publico/Ana_Araujo_final.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2018.

BARONE, A.C.C. *Team 10*: arquitetura como crítica. São Paulo: Annablume, 2002.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CASA Própria Bau da Felicidade. 1'13" Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7a1BM9VRVXs>>. Acesso em: 29 set. 2017.

CECILIO, M. Las cooperativas de habitación, procedimiento de gestión. In: VALLÉS, Raúl; CASTILLO, Alina del. *Cooperativas de vivienda en Uruguay*. Medio siglo de experiencias. 2. ed. Montevideo: Facultad de Arquitectura de la Universidad de la República, 2015. cap. 3, p. 57-84.

CORREA, C. BAAD: Baja Altura Alta Densidad. In: GARCÍA-HUIDOBRO, F.; TORRITI, D.T.; TUGAS, N. *¡El tiempo construye!* El Proyecto Experimental de Vivienda (PREVI) de Lima: genesis y desenlace. Barcelona: Gustavo Gili, 2008. p. 150-151.

FESTIVAL da Casa Própria - SBT (06/07/1997). 16'18" Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D2kYX7BCoyU>>. Acesso em: 29 set. 2017a.

FESTIVAL da casa própria em Piumhi! 2'53". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IJW1n7RmG50>>. Acesso em: 29 set. 2017b.

JACOBS, J. *Morte e Vida nas Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, E. *Política Habitacional no Regime Militar*: do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis: Vozes, 1987.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Tradução Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 2007.

NAHOUM, B. Cuatro décadas de cooperativas de vivienda en Uruguay: Cambios y permanências. *Osera*, Buenos Aires, n. 3, p. 1-11, 2010. Disponível em: <http://webiigg sociales.uba.ar/empresasrecuperadas/PDF/PDF_03/Cuatro_deca_cooperativas.pdf>. Acesso em 2 set. 2017.

PIÃO da Casa Própria. 2'13". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=X0YAnNNK2OE>>. Acesso em: 29 set. 2017.

RIGATTI, D. Apropriação social do espaço público – em estudo comparativo. *Paisagem e Ambiente: ensaios*, São Paulo, p. 141-197, n. 7, 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/133817>>. Acesso em: 17 set. 2017.

RISSO, M.; BORONAT, Y. *La vivienda de interes social en el Uruguay: 1970 –1983*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1992.

RODRIGUES, S.A; SANTANA, G.C.C. de S. Catálogo de Espetáculos: a teoria hipodérmica no Programa Sílvio Santos. In: XII CONGRESSO DE CIENCIAS DA COMUNICACAO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 12., 2010, Goiânia. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2010. p. 1-11. Acessado em 17 set. 2017. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2010/resumos/R21-0274-1.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2017.

ROLNIK, R. *Estamos perdendo a chance de mudar o paradigma da política habitacional*. Blog da Raquel Rolnik, 09 mai. 2009. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2009/05/20/estamos-perdendo-a-chance-de-mudar-o-paradigma-da-politica-habitacional/>>. Acesso em: 19 set. 2017.

RUBANO, L. M. *Cultura de projeto*: um estudo das ideias e propostas para a habitação coletiva. 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RUBANO, L.M. et al. Habitação Coletiva: Reconfigurando a quadra do Carmo, São Paulo. *PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção*, v. 3, n. 8, p. 72-80, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8634576/2497>>. Acesso em: 17 set. 2017.

SANVITTO, M.L.A. *Habitação coletiva econômica na arquitetura moderna brasileira entre 1964 e 1986*. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27847/000766074.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 set. 2017.

SOUSA, S.M. de. *Sílvio Santos vem aí* – programas de auditório numa perspectiva semiótica. 2009. 196 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: <[http://www.bdt.dndc.uff.br/tde_arquivos/23/TDE-2009-05-22T145419Z-1981/Publico/Silvia Sousa-Tese.pdf](http://www.bdt.dndc.uff.br/tde_arquivos/23/TDE-2009-05-22T145419Z-1981/Publico/Silvia%20Sousa-Tese.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2017.

TURNER, J.F.C. *Habitação de Baixa Renda no Brasil*: Políticas atuais e oportunidades futuras. *Revista Arquitetura IAB*, n. 68, 1968, p. 16-19.